

Introdução

A vida dos moradores de comunidades carentes foi sempre marcada pelo descaso do governo e progressivamente pela violência com a entrada do crime. Ao longo dos anos, devido a essa falta de visibilidade, a comunidade ficou nas mãos de traficantes de drogas e milicianos que passaram a exercer o controle daquele território. Ambos ofertavam aos residentes e comerciantes “proteção” e serviços (venda de gás, TV a cabo clandestina, etc.) em troca de taxas que deveriam ser pagas por eles (CANO et al, 2012) e uma aparente liberdade. Ao oferecer essa organização, mesmo que de forma ilegal e a altos custos, traficantes e milicianos eram aqueles que, de certa forma, faziam os serviços do Estado e da Polícia.

A fim de deter o tráfico de drogas, acabar com essa organização ilegal dentro da comunidade e com as constantes disputas armadas entre as diferentes facções criminosas – que também disputavam de forma violenta o controle da favela – as incursões da polícia deixavam moradores à mercê de um inesperado confronto violento que resultava em inúmeras vítimas. Assim, a presença da polícia nas comunidades passou a ser entendida pelos moradores como certeza de confronto e violência.

Some-se a isso o fato de que começaram a ser noticiados na mídia casos de malfeitos envolvendo policiais. Segundo Cano et al (2012), o tema das milícias ganhou, em 2006, notoriedade no Rio de Janeiro. O termo miliciano passou a ser usado para descrever grupos de agentes armados do Estado, tais como policiais, bombeiros, agentes penitenciários, entre outros que controlavam as comunidades. Isso contribuiu para a construção de uma imagem da polícia como corrupta e, portanto, pouco confiável, o que fez com que os encontros entre policial e cidadão, especialmente nas comunidades, gerassem medo, ansiedade e tensão.

Dessa forma, no dia 19 de dezembro de 2008, foi criada a política de pacificação nas comunidades carentes localizadas no Rio de Janeiro. O planejamento e a coordenação são realizados pela Subsecretaria de Planejamento e Integração Operacional. Tal planejamento foi elaborado com base nos princípios da polícia de proximidade, ou seja, é fundamentada na parceria mútua entre população e as instituições da área de Segurança Pública e vai além do conceito de polícia comunitária. Oficialmente, a criação da Unidade de Polícia Pacificadora dentro da

Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro se deu através do decreto de 21 de janeiro de 2009, promulgado pelo governador Sérgio Cabral Filho. Atualmente, a Polícia Pacificadora conta com um efetivo de 9.543 policiais e 38 Unidades instaladas na Zona Sul, Zona Norte, Zona Oeste, Centro e Baixada Fluminense.

O Programa das UPP, que conta a participação dos governos municipal, estadual e federal, possui o objetivo de retomar as comunidades dominadas pelo tráfico e aproximar o Estado da população. Outro fator importante é a entrada de serviços públicos, infraestrutura, projetos sociais, etc. que são facilitados pelo programa, assim como a melhoria das áreas adjacentes trazendo benefício à população dentro e fora da comunidade.

No entanto a visão negativa dos moradores em relação à polícia fez com que essa empreitada encontrasse algumas barreiras para a sua efetiva implantação e sucesso. Segundo Cox e White (1988), aqueles que possuem uma visão negativa da polícia são aqueles que frequentemente tiveram contatos de forma negativa com policiais, sentiram-se vítimas de decisões injustas pelos policiais e foram vítimas de assédio verbal. É justamente nesse contexto que a grande maioria dos moradores se encontra. Quando não são as vítimas diretas, os moradores têm conhecimento de outros que sofreram com encontros violentos, tais como os da abordagem.

Devido a esse passado recente de violência; ao fato de experiências positivas não serem ainda suficientes para reverter – ou equilibrar - a imagem que os moradores têm da polícia, o modelo de policiamento da UPP é, segundo Pinc (2011), um grande desafio para o sucesso do Programa. Se queremos uma polícia também de proximidade, é preciso investir numa formação que contemple também as habilidades interpessoais do policial. Como mostra Almeida (2014), em sua dissertação de mestrado, o policial precisa rever seus conceitos sobre morador de comunidade e precisa conhecer o mundo dessas pessoas para interagir eficazmente.

Diante desse quadro, uma questão importante para a formação dos policiais é investigar como os moradores constroem ou contestam a identidade social de policial. Pesquisas do tipo *survey* têm contribuído em muito nesse sentido. Mas, numa pesquisa do tipo qualitativa, podemos encontrar detalhes sobre o processo de construção/ contestação dessa identidade, podemos entender melhor como o cidadão significa suas rotinas interacionais com a polícia, as ações policiais. Um exemplo é o que pesquisas do tipo de *survey* apontam sobre a falta de empatia dos

policiais (HOWARD et al., 2005). Assumindo-se que a linguagem é sempre indicial, defendemos que o significado de empatia depende do contexto. O que o cidadão reconhece como um momento empático em seus encontros com a polícia, na rua ou num campus universitário, pode ser bem diferente daquilo um morador do morro reconhece como momento empático no dia a dia de uma comunidade.

É, em busca desse entendimento, que levantamos algumas questões de pesquisa sobre a interação entre polícia e morador de uma comunidade em processo de pacificação: Que situações de interação com a polícia são vistas pelos moradores como lugares de construção/ contestação do que esperam de um policial? Que atividades são tornadas relevantes? Até que ponto o desempenho de um policial de UPP é considerado correto pelos moradores?

Em busca de respostas aos nossos questionamentos, definimos como objetivo geral desta pesquisa criar inteligibilidade sobre o modo como os moradores de uma comunidade descrevem a prática policial e explicam seus julgamentos.

Como objetivos intermediários, propomos:

- i) Examinar como os moradores julgam o desempenho dos policiais através do que reconhecem como atividades atreladas à categoria de policial.
- ii) Identificar, através da análise de outros processos de categorização da conduta do policial, o que os moradores esperam desse modelo de polícia de proximidade.

No que concerne à relevância de nosso trabalho, destacamos dois aspectos citados por Howard et al. (2005). O primeiro é a limitação da literatura sobre pesquisas com foco na dimensão interacional policial-cidadão e ao fato de que é estimado que grande parte do treinamento da polícia é dedicada a aspectos físicos embora 98% da prática da aplicação da lei gire em torno de interagir e se comunicar com o público. O segundo diz respeito é às pesquisas sobre as atitudes do cidadão civil em relação à polícia (*Attitudes Toward the Police* - ATP). Ao longo dos anos, elas foram produzidas por estudiosos das ciências do comportamento, mas não por pesquisadores da área da linguagem e da comunicação (HOWARD et al, 2005).

Outro ponto já destacado é que o modelo de polícia de proximidade exige pesquisas com o foco na interação. Os resultados encontrados nessas pesquisas

podem contribuir para um melhor entendimento sobre o que se entende como uma polícia pacificadora e, conseqüentemente, o que dever ser incluído nos cursos de formação para uma melhoria da qualidade da interação morador/ PP. Acreditamos que estudos como o aqui proposto podem trazer contribuições que ajudem a melhorar a relação da polícia com a comunidade e, conseqüentemente, o sucesso do Programa de UPP.

Inserido no projeto de pesquisa “Expertise Interacional e Práticas Profissionais” (apoio CNPq) e o projeto de pesquisa “ Habilidades Comunicativas e Práticas Policiais FAPERJ), conduzidos pela Prof.^a Dr.^a. Maria do Carmo Leite de Oliveira. Em termos teóricos, este trabalho busca contribuir para uma melhor compreensão do que seriam ambientes interacionais (des)favoráveis no contexto da prática policial. Em termos aplicados, espera-se que os resultados da pesquisa possam orientar ações de intervenção que auxiliem o trabalho dos profissionais que lidam com a formação continuada da PP e dos policiais que já atuam em comunidades em processo de pacificação.

A organização do nosso estudo se divide em seis capítulos. No segundo capítulo, apresentamos a fundamentação teórica que sustenta a nossa análise. No terceiro, apresentamos a metodologia que foi adotada. No quarto capítulo, focalizamos o modo como os moradores categorizam o desempenho policial a partir do que identificam como traços associados e constitutivos da categoria. No quinto capítulo, examinamos a categorização da prática policial através do contraste entre a conduta esperada de um policial de UPP e a conduta de outros tipos de policiais e até de membros da categoria de traficante.